

Ata da 93 reunião ordinária do CMDCA, realizada aos vinte dias do mês de junho de 2006 as 15: 25 hora. O presidente Mário Albino deu início a reunião. Mário informa que a aprovação da ata da 92 reunião (1 ponto de pauta) não poderia ser realizada, pois não havia sido registrada, pelo secretário Sérgio . Passou para o segundo ponto da pauta, com a leitura do termo de posses dos novos membros da diretoria: Pedro da Silva Vargas (1 secretário) . Miriam Cristina Paiva Fonseca (2 secretária) e Deisiana Campos Pereira (1 tesoureira). A seguir foi discutido o destino dos adolescentes aquartelados no Instituto Jesus. Mário informa que o presidente do Instituto Jesus ligou para ele comunicando que não o tempo acordado com o Estado para manter os adolescentes aquartelados no instituto até outubro de 2006. Segundo Mário, o presidente do Instituto Jesus comunicará essa decisão ao Estado, estabelecendo um prazo de trinta dias para que o Estado resolva esta questão e queixou-se de todas as vezes que buscou a ajuda do Estado, o mesmo não respondeu e não tem auxiliado nos problemas que o instituto tem enfrentado. Mário comenta que a questão é pré ocupante e que o conselho deve voltar a cobrar um posicionamento do Estado. Pedro pergunta se a reunião entre o Conselho e o Estado, para discutir essa questão foi marcada . Nenhum membro presente soube informar. Nilza pergunta se o contrato do Instituto Jesus com o Estado pode ser reincluído. Mário informa que pode haver rejeição de ambas as partes com o aviso prévio de 30 dias. Mário pergunta sobre o trabalho da comissão de medidas socio educativas (CMSE) e se alguém sabe informar a respeito da reunião do Conselho com o Estado. Elizete informa que a comissão se reunirá no dia 21 de junho de 2006 e Mário solicita que ela comunique esta situação a comissão. Pedro opina que não considera o telefonema do presidente do Instituto Jesus um comunicado oficial e afirma que o Instituto Jesus deve informar a sua decisão oficialmente ao Conselho, para que este tome uma decisão. Acrescenta que o contrato entre o Instituto Jesus e o Estado já foi feito a reveria do Conselho e sugere que o presidente do Instituto Jesus seja informado que o Conselho não se considera oficialmente informado. Pedro expõe a dificuldade do Conselho agir sem ter um documento oficial e acrescenta que por não participar da definição da pauta das plenárias, muitos pontos ficam de fora, citando como exemplo a sua participação no seminário de promotores e magistrados. Elizete diz que a comissão de medidas socio educativas se reuniu enquanto ela viajava e o que tem se percebido é que as coisas tem sido feitas a reveria do Conselho e que este é buscado somente quando ocorre algum problema. Elizete refere-se a existencia de um lugar para a instalação do centro de internação e que nem isso foi informado do Conselho é afirma que não é somente a comissão mas todo o Conselho deve fazer algo. Pedro diz que no caso dos adolescentes irem para outra instituição, essa terá que ser informada que está em uma situação ilegal no conselho. Mário comenta que falou sobre este telefonema para o Conselho ficar atento, pensar a respeito disto e colocar a CMSE a par da situação para que haja um posicionamento e uma cobrança mais intensa. Lindomar diz que a comissão de medidas socio educativas tem o conhecimento de que 16/08/2006 seria o prazo limite para a manutenção dos adolescentes no Instituto Jesus e que informar pelo telefone não é oficial , impossibilitando a ação do conselho. Opina que o Conselho deve decidir se aceita isso ou não (telefonema como comunicado oficial), pois se este caso for para a justiça, o Instituto

Jesus terá que prorrogar o prazo e o Estado tem força para exigir que ele espere até a instalação do centro de internação. Mário esclarece que deu esse informe para acelerar o trabalho junto ao Estado e saber o que ficou decidido sobre a reunião ao conselho com o Estado sobre essa questão. Lindomar informa que a reunião foi marcada para sexta-feira, dia 23 de junho as 14: 30 em Belo Horizonte, e que a secretaria de política social disponibilizou duas(2) vagas em um carro para o Conselho. Pedro pergunta quem vai a esta reunião e Lindomar sugere o nome de Mário e o seu próprio. Mário informa que se tem um compromisso agendado para o mesmo dia e que não poderá desmarca-lo para ir a Belo Horizonte. Lindomar diz que a vaga não pode ser perdida e que outra pessoa pode ir com ele, algum membro do Conselho Tutelar ou da Comissão de Medidas Socio Educativas. Lindomar convida os conselheiros a participarem da reunião da comissão que ocorrerá no dia 21 de junho as 15: 00 horas, na qual será formalizado um documento para a SAMES e superintendencia, com as informações e reivindicações ao Conselho. Pedro opina que duas (2) vagas no carro para o Conselho é muito pouco e torna a representação mínima e com pouca força. Reafirma que um telefonema não diz nada e que como o prazo estabelecido formalmente é 16 de agosto, é nesta data que temos que pensar. Sugere a elaboração de um documento do Conselho a SPS ou a prefeitura pedindo que não haja desencontros na solução desta questão, que o Conselho não concorda com o simples encerramento do convenio que caso jaha transferencia dos adolescentes para outra instituição, que isso não seja de feito a revelia do Conselho. Lindomar esclarece que a reunião com a SAMES terá pauta conjunta com a SPS e o Conselho e pede que possa falar em nome do Conselho para que sua participação não seja um posicionamento pessoal ou restrito a comissão. Pedro opina que a ida do presidente do Conselho seria muito importante e que não é legítimo Lindomar representar a comissão e o Conselho ao mesmo tempo. Elizete sugere que Lindomar vá representando o Conselho e que outro membro represente a comissão. Mário verificará a possibilidade de ir, mas prefere que a comissão indique outra pessoa. Elizete comenta que tem sentido a ausencia dos conselheiros nas comissões de medidas socioeducativas e do processo de escolha, afirmando que o processo de escolha é responsabilidade do Conselho e principalmente a mesa diretora deve ajudar. Informa que somente tres pessoas estão atuando e que há bastante trabalho. Lindomar sugere que a plenária delibere sobre a reunião de sexta-feira e pede que a secretaria executiva informe ao CEDCA e a Frente Mineira sobre esta reunião para que tome ciencia de um assunto que pertence ao Estado e possam enviar representantes. Acrescenta que o Conselho deve comunicar as instancias e deixar isso registrado, pois sem registro, não tem como se cobrar uma posição. Mário pergunta quem estabeleceu o número de representantes para essa reunião. Lindomar e Elizete informam que foi a SPS que disponibilizou um (01) carro, com duas (02) vagas para o CMDCA e duas (02) para SPS. Wania opina que o número limitado de vagas é uma perda para o Conselho, que se pensou em uma “ van” que levasse uma delegação siginificativa de Juiz de Fora, sendo que duas pessoas para representar o problema e garantir uma solução é muito pouco, Acrescenta que o governo poderia disponibilizar passagem e até mesmo estadia, se fosse o caso, pois é uma questão seríssima e de grande

relevancia . Afirma que ela , particularmente, não aceitaria somente duas vagas para essa situação. Manoel Paixão lembra que na plenária em que Rogério Ghedin esteve presente, ficou claro o desinteresse e o desconhecimento sobre o assunto e que Rogério prometeu transporte para um grupo de até quinze (15) pessoas e que disponibilizaria duas vagas é um desrespeito muito grande. Wania afirma que o carro deveria ser apenas para o Conselho. Elizete esclarece que todas as pessoas que irão no carro participarão da mesma reunião. Wania pergunta se os representantes da SPS tem participado da CMSE . Elizete diz que de forma indireta. Wania afirma que estas pessoas não estão qualificadas para esta reunião. Lindomar diz que Cida (assessora de Ghedin) foi quem informou sobre a reunião com a SAMES e confirmou o e-mail da SAMES que deve ser documentado pelo Conselho e que deixa claro que foi Cida que conseguiu articular essa reunião com a SAMES. Wania expõe que Cida tem um conhecimento razoável sobre a questão do adolescente infrator devido a sua experiencia na casa do adolescente, mas tem uma visão diferente da do Conselho. Tem uma visão boa, foi responsável pela transição do modelo FEBEM para o modelo atual, mas não participou da CMSE. Wania acrescenta que acabou que esta reunião (com a SAMES) contraria com a participação de um representante de cada segmento que compõe a CMSE. Wania acrescenta que achou que esta reunião (com a SAMES contraria com a participação de um representante de cada segmento que compõe a CMSE e diz que acha pesado para duas pessoa,s sugerindo que se tente arrumar, digo, aumentar o número de representantes. Aparecida sugere que o Conselho entre em contato com Rogério e se prontifica a procurá-lo. Pedro pergunta se os representantes da SPS que irão a reunião terão autonomia para responder pela secretaria. Mário se prontifica a entra em contato com Rogério, caso Aparecida não consiga. Wania Xavier sugere que a resposta sobre o aumento do número de representantes seja dada na plenária e acrescenta que desde o início da discussão sobre os adolescentes infratores foi colocada a importancia da CEDCA participar , pois os projetos do Estado tem que passar por ele. Não entende que esta articulação seja feita pelo Estado sem a participação do CEDCA e que o Estado está passando por cima do CEDCA também. Comenta que no início entrou em contato com a secretária do CEDCA mas não obteve retorno. Sugere que o CEDCA seja notificado de que o Estado está tomando atitudes a sua revelia e a dos conselhos, pois antes de ser problema do CMDCA (a questão dos adolescentes) é problema do CEDCA . Pedro afirma que como os centros de internação estão sendo contruídos a revelia dos conselhos, existe a ameaça de que sejam demolidos. Wania considera que o CMDCA cobre o que o CEDCA exerça seu papel. Mário concorda com a sugestão de Lindomar e informa que o Conselho comunicará a frente mineira e ao CEDCA sobre a reunião em Belo Horizonte. Aparecida retorna a plenária e comunica que Rogério Ghedin liberou uma *Sprinter* para quinze pessoas . Pedro sugere que se convoque treze (13) pessoas do Conselho, deixando duas (02)de sobreaviso, para o caso das quinze (15) vagas serem para o Conselho. Mário sugere que se aproveite a reunião da CMSE para estabelecer os representantes que irão a Belo Horizonte . Lindomar sugere que haja uma plenária extraordinária para discutir sobre o retorno da reunião em Belo Horizonte . Foi marcada uma plenária para o dia 27 de junho as 09:00 horas. Mário fez

a leitura da lista de entidades que obtiveram parecer favorável a renovação do registro pela comissão de registro de entidades, para aprovação em plenária. Foi aprovada por unanimidade também foi apresentado um modelo de certificado de registro de entidades para apreciação. Elizete sugere que seja acrescentado o termo “ renovação “ para o certificado das entidades que estão tendo o registro renovado. A sugestão foi aceita por todos. Em seguida, Mário apresenta um pedido de preenchimento mensal da planilha do FUMECA com previsão de execução do fundo, e expõe a dificuldade de se fazer isso, pois para este ano a previsão era de quinhentos e vinte e seis mil reais (R\$ 526. 000, 00) e isto não ocorreu. Lindomar pergunta quantos projetos o conservado ainda tem por deliberar, que foram aprovados mas não receberam recursos. Mário diz que não tem esta informação em mãos. Lindomar diz que no PPA a meta prevista é de vinte e quatro projetos. Também informa que passará a planilha para a comissão do FUMECAD preencher. Mário passa para a discussão acerca do seminário a ser realizado pela frente de defesa. Lindomar expoe a necessidade de se precisar o valor que foi deliberado. Mário informa que o valor gira em torno de seis mil reais (R\$ 6.000, 00). Lindomar informa que a data do seminário foi adiada, pois o folder não ficou pronto, impedimento assim, a divulgação nos municípios. A proposta é que o evento ocorra no dia 22/08 ou 29/08/06. Lindomar acrescenta que o valor total do evento a ser realizado é de doze mil reais (R\$ 12.000 , 00), senão seis mil do CMDCA e seis mil da visão mundial. Mário passa para o ponto referente á confecção da cartilha contendo deliberação da conferência, informação que o documento passou por alguns ajustes e foi reenviado no dia 14/06/06 para a SPS, tendo o prazo de entrega máximo para o início da nova gestão, totalizando 500 exemplares. Vânia, representando a comissão do processo de escolha, faz um relato da comissão. Informa que foi aprovada a ampliação do prazo para a inscrição do dia 21/06/06 para o dia 23/06/06 com publicação da resolução contendo esta modificação. Além disso, a comissão está telefonando para as entidades, convocando para o processo de escolha. Vânia informa o cronograma atualizado e a dificuldade que está ocorrendo devido á coocidência da renovação do registro das entidades com o processo de escolha, com isso as entidades estão sendo chamadas ao mesmo tempo e se confundem em relação á documentação necessária para os dois processos. Vânia Xavier também expoe a total ausência de apoio da administração ás solicitações da comissão organizadora do processo de escolhe (carro para visita á entidades, material de consumo e confecção de cartazes) . Informou que todos os pedidos foram negados, com exceção do material de consumo e mesmo assim foi preciso aprovação do setor considerando a negativa um absurdo e falta de respeito pois o CMDCA é um órgão do poder público. Finaliza a questão colocando em dúvida se o CMDCA deve enviar correspondência para a administração. Vânia expoe o fato de Sérgio ter entrado de férias e de Ana Cláudia estar sozinha para fazer o seu trabalho e ainda cobrir o processo de escolha. Entende-se que a comissão organizadora deve realizar suas atividades sem sobrecarregar Ana Cláudia, pois fora do período de inscrição Ana já tem que ajudar. Para evitar isto, pode o apoio dos conselheiros no trabalho da secretaria (passar ata a limpo e etc). Acrescenta que alguém deve ficar no lugar de Sérgio e que a secretaria deve enviar outra pessoa para substitui-lo. Vânia esclarece

que a vaga de conselheiro governamental é do departamento da pessoa portadora de deficiência física fazia parte da mesma. Com o passar do tempo outras pessoas reivindicaram a titularidade da vaga, mas a lei deixa claro que é do departamento. Nas gestões de Custódio e Tarcísio o setor do DPED ficou como titular e a secretaria de governo como suplente . Com a reforma administrativa parece que esta foi uma questão polêmica e foi reivindicada a titularização para a articulação institucional e a coordenadoria foi para o departamento de promoção e cidadania. Vânia esclarece que a vaga deve ser do setor do DEPA pois a lei não mudou e a alerta para esta situação ilegal. Mário sugere que este fato seja levado pela Maria Aparecida Barisson á secretaria de governo e como ainda não houve indicação dos conselheiros governamentais, este é um bom momento para resolver isto. Mário passa aos informes . III Seminário de educação inclusiva e convite para audiência pública no dia 28/06/06, como audiência será neste dia, é importante a data da extraordinária ser redefinida e esta passou para o dia 27/06/06, ás 09:00 horas. Mário encerra a reunião com o pedido da comissão organizadora e a resposta da SPS. Após os informes pertinentes, o Presidente Mário Albino deu por encerrada a reunião. Nada mais havendo a declara, eu Maria Angélica ^o Paula , secretária substituta, lavro a presente ata, que após a devida aprovação, será assinada por mim , pelo presidente e demais conselheiros.